

HÁ QUE SE FAZER POLÍTICA PARA AS MAIORIAS

Fredmar Corrêa (*)

O momento presente é o da mudança de rumo. O futuro que se quer tem a qualidade da vida como direito inalienável da espécie humana, viva e por viver.

É preciso livrar a humanidade da dependência de um modelo de desenvolvimento concebido em momentos traumáticos de pós-conflitos mundiais consecutivos, de 1914 até 1945 e sessenta e quatro milhões de mortos em combate ou por sua conta¹. Faz-se necessário por cobro aos primados de um modo desatinado de desenvolvimento, que faz com que a economia mundial seja capaz de crescer sete vezes, de 1950 a 2000, pelo aumento da “produção de bens e serviços de US\$ 6 trilhões para US\$ 43 trilhões...”², onde “o nível da concentração da renda mundial dobrou entre 1960, quando os 20% mais ricos da população detinham 30 vezes a renda dos 20% mais pobres, e 1990, quando os 20% mais ricos passam a deter cerca de 60 vezes mais renda do que os 20% mais pobres”³, apoiada em gigantescas quantidades de combustíveis fósseis, comercializadas através de preços administrados, no mais das vezes artificialmente baratos. Uma matriz energética cujos componentes são catalisadores visíveis das mudanças climáticas em processo.

Suas práticas desconsideram o ambiente natural do qual dependem. Resultam de modelo que desconhece o limite da capacidade de reposição dos estoques vitais da Terra, “destruindo florestas, pradarias, pesqueiros e terras agrícolas – os quatro ecossistemas que fornecem nosso alimento e, com exceção dos minerais, toda nossa matéria-prima também”⁴. É método que, com método, delinea a sintomatologia de estado pré-falimentar da segurança da vida, no todo do planeta.

Posta assim de frente a um futuro enigmático, a humanidade cogita pôr em prática os conceitos concebidos, nos anos 70, como ecodesenvolvimento e que, a partir dos anos 80, está identificado como desenvolvimento sustentável. José Eli da Veiga o tem como “um dos mais generosos ideais surgidos no século passado, só comparável, talvez, à bem mais antiga idéia de ‘justiça social’...”⁵.

¹ “Talvez 10 milhões de mortos parecessem um número mais brutal para os que jamais haviam esperado tal sacrifício [os participantes da Primeira Guerra Mundial] do que os 54 milhões para os que já haviam experimentado a guerra como um massacre antes [os da Segunda Guerra Mundial]” – em *Era dos Extremos – O breve século XX – 1914-1991* – segunda edição - Eric Hobsbawm – Companhia das Letras – São Paulo, 1995 – página 56.

² *ECO-ECONOMIA: construindo uma economia para a Terra* - Lester R. Brown - UMA Editora – Salvador – 2003 – primeira edição – em www.uma.org.br – observações encontráveis em textos localizados entres as páginas 3 e 7. Lester Brown é um dos criadores do Worldwatch Institute, que, desde os anos 1990, em trabalho que envolve um conjunto de especialistas mundialmente respeitados, acompanha a evolução das questões ambientais do planeta, em sua publicação anual ‘Estado do Mundo’. Sua versão 2009, já publicada, foi preparada por 47 cientistas, e contou com o apoio do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas IPCC/ONU.

³ *Globalização e meio ambiente* – Ademar Ribeiro Romeiro – Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, nº 91, novembro de 1999 – página 7, citando o relatório de desenvolvimento humano, RDH-1992, do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁴ Idem, idem.

⁵ *Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI* – José Eli da Veiga – terceira edição – Editora Garamond – Rio de Janeiro, 2008 – página 14.

Ignacy Sachs ensina que o planejamento do desenvolvimento precisa, de agora em diante, trabalhar com as cinco dimensões da sustentabilidade⁶, a saber;

- *social*, ou seja, a que busca “construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens”;
- *econômica*, em cujo cenário “a eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas por meio do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico”;
- *ecológica*, onde se irá intensificar “o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com o mínimo possível de danos aos sistemas de sustentação da vida”;
- *espacial*, dirigida para a construção “de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e de uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas”; e
- *cultural*, pela “procura das raízes endógenas de modelos de modernização e de sistemas agrícolas integrados... que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento...”.

Montoro⁷ observou, certa vez, que “para a América Latina, a opção é clara: integração ou atraso...”. Ponderou que se faz “urgente substituir o isolamento e o conflito pela solidariedade...”. Fez um chamamento à responsabilidade: “a integração da América Latina não se processará de forma democrática se não tiver a participação, consciente e organizada, da sociedade civil”. Acreditava que essa integração, assim tão convictamente preconizada, teria a água como ferramental de consecução. Lembrava que a América do Sul tem sua geografia desenhada segundo os territórios de domínio de três macro-bacias hidrográficas – Orenoco ou Orinoco, como queiram, Amazonas e Prata - e “mais de mil bacias menores... [que] não se limitam ao território de um só país. Pelo contrário, percorrem e aproximam diferentes países da região”. É oportuno que se registre que a bacia hidrográfica se firma como espaço regional unitário de eleição das atividades de planejamento do desenvolvimento sustentável⁸.

Esforços do processo de busca por sustentabilidade e melhor qualidade da vida passam por governanças regionais, porque capazes de conduzirem seus estados nacionais constitutivos a mesmos objetivos geopolíticos. Coabitam ambiências naturais, o que lhes propicia compartilhar mesmos modelos de desenvolvimento. Integram-se e se complementam na consolidação dos conceitos do desenvolvimento sustentável, um imperativo para a melhor qualidade do cotidiano da vida no planeta.

São inúmeras as práticas por avanços para a integração subcontinental, todas para assegurar formas de integração econômica da região, julgada, no modelo do qual se quer afastar, caminho seguro para a aproximação política de seus povos:

- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (anos 1940);
- ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio (anos 1960);

⁶ *Rumo à ecoeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento* – ensaios e artigos de Ignacy Sachs, organizados por Paulo Freire Vieira – Cortez Editora – São Paulo, 2007 – páginas 181 a 183.

⁷ *Integração da América Latina em um mundo multipolar* – André Franco Montoro – Instituto Latino Americano - ILAM – São Paulo, 1998 – pág. 5.

⁸ Um exemplo de como através da Bacia Hidrográfica se exercita a integração regional: o Rio Apa divide os territórios do Brasil e do Paraguai, na fronteira sul do Mato Grosso do Sul. Pensar o desenvolvimento das áreas abarcadas por sua bacia é pensar a convivência necessariamente harmônica de dois povos distintos.

- COMUNIDADE ANDINA DE NAÇÕES (em seu primeiro tempo, PACTO ANDINO) – para promover o mercado comum entre Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (anos 1960);
- SELA – Sistema Econômico Latino-Americano (anos 1970);
- ALADI – Associação Latino-Americana de Integração (anos 1980), criada em substituição à ALALC;
- TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNIA (anos 1970);
- MERCOSUL – Mercado Comum Sul-Americano, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a participação de Bolívia, Chile e, mais recentemente, Venezuela (anos 1990);
- SICA – Sistema de Integração Centro-Americana (anos 1990)⁹; e
- ALBA - Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América e sua estrutura monetária regional, o Sistema Unitário de Compensação Regional – Sucre, “uma unidade de conta comum combinada com uma câmara de compensação de pagamentos para todas as transações comerciais internas e externas”¹⁰ (em novembro de 2008);
- UNASUL – União das Nações Sul-Americanas, para integrar o MERCOSUL, a Comunidade Andina de Nações, a Guiana e o Suriname, estabelecida na Declaração de Cuzco, de 2004, e formalizada na Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, em maio de 2008.

E seu apoio logístico:

- Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana – IIRSA e seus 506 projetos, divididos em dez grandes eixos geográficos, orçados em 608 bilhões de dólares, com o objetivo econômico de equipar a região de infra-estrutura de escoamento de todo tipo de *commodities* – em especial, as que produzem energia, grãos, madeiras e minérios;
- Hidrovia Tietê-Paraná;
- Hidrovia Paraguai-Paraná; e
- Hidrovia Sul-Americana, juntando as três bacias hidrográficas sul-americanas – as do Orenoco, Amazonas e Prata.

É objetivo estratégico da humanidade o de perseverar na busca da sustentabilidade e da melhor qualidade possível da vida no planeta. Isto posto, faz-se oportuno destacar a condição do subcontinente sul-americano de laboratório confiável de formulação e de experimentação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável:

- os 17 países megadiversos do mundo estão em quatro continentes. Nas Américas, Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, México e Estados Unidos. Os demais são África do Sul, Madagascar, República Democrática do Congo (ex-Zaire), Indonésia, China, Papua Nova Guiné, Índia, Malásia, Filipinas e Austrália. O Brasil tem a maior fatia (12%) da biodiversidade do Planeta¹¹;

⁹ São membros do SICA: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Possui um Estado Associado - a República Dominicana – e três Estados Observadores – Espanha, México e Taiwan.

¹⁰ A ALBA está composta por Bolívia, Cuba, Honduras, Nicarágua, Venezuela e Equador. Tem como Estado Observador a República Dominicana. Antônio José Sucre (1795-1830) era o tenente de Simon Bolívar que comandou suas tropas na batalha de Ayacucho (1824), cuja vitória assegurou a independência das colônias espanholas da América do Sul.

- a América do Sul abriga a maior coleção de água, seja de superfície, seja em aquíferos. Apenas no Brasil, segundo a FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, existe disponibilidade hídrica média da ordem de 8.233 Km³/ano, ou 18% do todo mundial, quando computadas as águas que vêm de outros países. Se contarmos tão somente as aguadas produzidas internamente, são, respectivamente, 2.815 Km³/ano e 12%, como ensina Tundisi¹². É um argumento consistente, na linha preconizada por Montoro, da importância geopolítica de nossa integração regional;
- o Professor Tundisi faz menção ao Aquífero Guarani e seus 840 mil quilômetros quadrados só de Brasil¹³, como uma de suas formações de estoque. Registra que a parte brasileira representa 45% das reservas de água subterrânea do território nacional e que, por ser imensa coleção hídrica localizada, contrapõe-se, no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, à abundância de aguadas superficiais do Norte brasileiro, o que ameniza, em parte, as desigualdades distributivas das águas doces nacionais, mas não as resolve: o Nordeste e sua região semi-árida continuam carentes, muito carentes, desse recurso. A humanidade vive situações extremas: a convivência de abundância e escassez fortalece a condição da América do Sul apresentar-se como laboratório de desenvolvimento para a sustentabilidade da vida no Planeta;
- registre-se que um patrimônio natural dessa ordem “representa enormes possibilidades científicas, econômicas e culturais, na dependência da disponibilidade de tecnologias, já que o mercado e a matéria-prima parecem assegurados”¹⁴ e que, “só nos Estados Unidos, 25% dos produtos farmacêuticos receitados contêm ingredientes ativos derivados de plantas...”. Estima-se em algo como US\$ 200 bilhões/ano o valor de produtos da indústria química-farmacêutica derivados da diversidade biológica, comercializados a cada ano¹⁵;
- por fim, é importante registrar que “os planejadores também deverão saber que os sistemas naturais não apenas fornecem bens, mas também serviços - serviços que são freqüentemente mais valiosos que os bens”¹⁶.

Adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento regional do modelo de desenvolvimento para a América do Sul é, também, construir a sua abordagem segundo percurso inverso ao consagrado pelas muitas iniciativas até aqui trabalhadas, de mensuráveis poucos resultados para a melhor qualidade de vida de suas populações.

As iniciativas de avanços socioambientais, que, desta forma, se quer formular para as sub-bacias do Amazonas, do Prata e do Orenoco, une os discursos dos governantes, na busca por um todo comum para o Subcontinente. Põe-se cobro, assim, por ruptura, às práticas de infundável sucessão de discursos frágeis, de pretensões curtas, um jeito que condena suas populações à angústia da espera por um amanhã de dignidade, de

¹¹ Segundo relatório da Conservation International - CI, constante do *Primeiro Relatório Nacional para a Conservação sobre Diversidade Biológica – Brasil*, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente, em 1998, que o considera o mais rico dentre os países de megadiversidade, “com pelo menos 10 a 20% do número total de espécies do planeta”.

¹² Em *Recursos Hídricos*, José Galizia Tundisi, publicado na Revista MultiCiência, da UNICAMP.

¹³ no todo, 1 milhão e trezentos mil quilômetros quadrados, espalhados também por partes dos territórios de Argentina, Paraguai e Uruguai.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem, idem.

¹⁶ *ECO-ECONOMIA: construindo uma economia para a Terra* - Lester R. Brown - UMA Editora - Salvador - 2003 - primeira edição - em www.uma.org.br - página 23.

segurança e felicidade, em meio a um existir sombrio, porque condenado à pobreza estrutural e a esperanças diminutas, conjunturais.

() Ambientalista e colaborador do Instituto Sagres
Janeiro 2010*